

O Sistema da Dívida e o desmonte do Estado,
apesar dos recordes de arrecadação tributária

Estudo de caso: Impacto do Sistema da Dívida no IBGE

Gisella Colares
Servidora do IBGE
18/09/25



MACROECONOMIA

Brasil enfrenta risco de apagão estatístico

Por *Bráulio Borges*

22 nov 2018

Pode não ser evidente para boa parte da população, mas o Brasil está, infelizmente, na iminência de um apagão estatístico.

Basta dar uma olhada no noticiário recente: o IBGE perdeu 40% de seus funcionários nos últimos 8 anos (7,7% somente neste ano de 2018, até outubro); uma parcela relevante daqueles que ainda estão trabalhando lá deverá se aposentar nos próximos anos; algumas agências locais de coleta de informações estão sendo fechadas; várias pesquisas importantes estão sendo realizadas com atrasos expressivos (e, em alguns casos, há questionamentos sobre a qualidade dos resultados); e, pasmem, não se sabe ainda se o instituto terá recursos para realizar o Censo Demográfico de 2020. Foi nesse contexto que o atual presidente do IBGE, Roberto Olinto, apontou, em entrevista recente ao jornal O Globo, que "(...) **passamos do osso, estamos trabalhando na medula**". Ele ainda lembrou que "(...) se o Brasil entrar na OCDE, vai haver demanda por mais estatística".

ARTIGOS**ARTIGOS DA ACD**

“O APAGÃO ESTATÍSTICO NO BRASIL E O SISTEMA DA DÍVIDA”, POR GISELLA COLARES GOMES

16 de abril, 2021Compartilhe:   Gisella Colares Gomes¹

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE possui 25 eixos temáticos de pesquisas de dados estatísticos organizados em áreas sociais, econômicas e multidomínio. Essas atividades servem como subsídios para a alocação de, dentre outros, recursos públicos em transporte, saneamento, previdência, trabalho, dos fundos constitucionais de participação do Estados – FPE² e de participação dos Municípios – FPM³, bem como, das verbas para educação e saúde e seus respectivos de equipamentos etc. Os dados geocientíficos são fundamentais para a distribuição dos royalties do petróleo e para a construção de equipamentos de infraestrutura como, dentre outros exemplos, estradas, portos, aeroportos, pontes e barragens.

Peticione e acompanhe processos:

Peticionamento Eletrônico

O que você procura?

Processos

Jurisprudência

Repercussão Geral

Conteúdo e Notícias

Por Classe e Número



Classe



Digite o número do processo (ex: 100)

Pesquisar

STF determina que governo realize censo demográfico em 2022

Para a corrente majoritária, a decisão preserva a liberdade de atuação das instâncias políticas e evita dificuldades no recrutamento de agentes censitários.

17/05/2021 17h15 - Atualizado há



6051 pessoas já viram isso



O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a União adote as medidas administrativas e legislativas necessárias para a realização do censo demográfico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022. Na sessão virtual encerrada em 14/5, a maioria dos ministros votou pela confirmação parcial da liminar concedida, em abril, pelo relator da Ação Cível Originária (ACO) 3508, ministro Marco Aurélio, que havia determinado a realização do censo em 2021.

RECENSEADORES,
fazer greve nacional e
protestos em todo o país
no dia 1º de setembro!

PELO PAGAMENTO IMEDIATO DOS
AUXÍLIOS E SALÁRIOS ATRASADOS;

POR AJUDA DE CUSTO E ALIMENTAÇÃO;

POR MAIS DIVULGAÇÃO E SEGURANÇA;

POR CONTRATAÇÃO DE NOVOS ACSS;

*POR CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO
E POR PAGAMENTO JUSTO!*



Quadro 1 - Perda de valor real do orçamento do IBGE, variação percentual.

	PAGO (A)	PAGO ATUALIZADO ³ ATÉ 2024 (B)	Variação % Pago de 2024 para atualização (C)
2000	883.644.764,87	3.949.857.479,15	-36,5
2001	567.678.786,65	2.394.547.452,64	4,8
2002	579.687.175,39	2.271.013.739,49	10,4
2003	607.839.056,59	1.930.021.747,04	30,0
2004	597.154.836,03	2.018.648.794,42	24,3
2005	685.006.960,89	2.027.777.509,12	23,7
2006	857.652.355,02	2.402.164.274,00	4,4
2007	1.427.644.216,11	3.876.897.172,57	-35,3
2008	1.248.227.883,93	3.244.951.055,48	-22,7
2009	1.480.221.126,25	3.633.665.193,40	-31,0
2010	2.657.657.969,38	6.254.483.530,24	-59,9
2011	1.540.238.480,04	3.422.499.286,89	-26,7
2012	1.586.509.737,93	3.310.156.532,56	-24,2
2013	1.868.469.042,45	3.683.340.470,23	-31,9
2014	1.977.705.999,89	3.681.126.323,36	-31,9
2015	2.102.859.391,45	3.678.296.901,14	-31,8
2016	2.266.869.122,68	3.582.886.774,14	-30,0
2017	2.758.614.710,47	4.102.090.879,33	-38,9
2018	2.664.515.639,97	3.848.629.927,84	-34,8
2019	2.344.189.579,98	3.263.566.787,01	-23,1
2020	2.333.978.917,15	3.115.091.135,04	-19,5
2021	2.330.777.919,73	2.976.290.528,62	-15,7
2022	3.972.173.711,22	4.608.643.889,57	-45,6
2023	2.687.765.586,81	2.947.757.076,16	-14,9
2024	2.508.327.218,03		

Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento

**Quadro 2 – Representação proporcional do orçamento destinado ao
IBGE em relação ao FPM – em (%)**

	Orçamento IBGE	Repassse Total Anual FPM	Proporção Orçamento/FPM
	PAGO - Valor Nominal	Valor Nominal	
2000	406.076.645,55	12.816.400.875,72	3,2%
2001	460.067.334,08	15.023.859.591,20	3,1%
2002	503.276.673,50	18.594.706.469,17	2,7%
2003	522.673.652,57	19.342.890.965,63	2,7%
2004	597.154.836,03	21.321.985.259,98	2,8%
2005	685.006.960,89	26.675.875.945,32	2,6%
2006	857.652.355,02	29.502.772.204,00	2,9%
2007	1.427.644.216,11	33.934.881.729,93	4,2%
2008	1.248.227.883,93	42.301.648.168,16	3,0%
2009	1.480.221.126,25	40.001.030.827,12	3,7%
2010	2.657.657.969,38	43.068.937.166,68	6,2%
2011	1.540.238.480,04	53.097.363.070,56	2,9%
2012	1.586.509.737,93	54.746.846.968,82	2,9%
2013	1.868.469.042,45	58.878.035.229,07	3,2%
2014	1.977.705.999,89	64.158.174.315,75	3,1%
2015	2.102.859.391,45	68.398.980.853,00	3,1%
2016	2.266.869.122,68	79.910.745.230,15	2,8%
2017	2.758.614.710,47	77.634.613.205,52	3,6%
2018	2.664.515.639,97	83.010.505.468,44	3,2%
2019	2.344.189.579,98	90.409.487.778,56	2,6%
2020	2.333.978.917,15	86.655.069.125,94	2,7%
2021	2.330.777.919,73	115.939.647.779,17	2,0%
2022	3.972.173.711,22	146.329.502.667,32	2,7%
2023	2.687.765.586,81	152.043.875.519,99	1,8%
2024	2.508.327.218,03	177.034.137.398,90	1,4%

**Fonte: Secretaria Tesouro Nacional-STN/ Coordenação Geral de Análise e Informações das
Transferências Financeiras Intergovernamentais-COINT**



assibgenucleochile



Questionamentos para a área econômica do Poder Executivo Federal

 Há risco de as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) constituírem uma via de escape em relação a regras e limites orçamentários?

 Todo órgão e entidade que realiza ou se vale de pesquisa para fins econômicos e sociais ou segurança nacional poderia ser credenciado como ICT e criar fundação de apoio para não se sujeitar ao Teto de Gastos e outros limites fiscais?

 MGI, IPEA e outros órgãos que produzem inovação poderiam criar fundação de apoio e operar à margem dos orçamentos fiscal e/ou da seguridade social? Há esse risco? O que o Planejamento pretende fazer para mitigar eventual risco?

Estadão / Economia

Governo retira despesas de seis instituições do arcabouço e abre margem para órgãos gastarem mais

Gastos custeados com receitas próprias ou de convênios saem do teto ao enquadrar autarquias como Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs)



Por Daniel Weterman

29/08/2025 17h56 • Atualização: 29/08/2025 21h05



BRASÍLIA — O governo do presidente [Luiz Inácio Lula da Silva](#) (PT) vai retirar determinadas despesas do [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\)](#), do [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada \(Ipea\)](#) e da [Advocacia-Geral da União \(AGU\)](#) e de mais três instituições do limite de gastos do [arcabouço fiscal](#) após enquadrar esses órgãos como **Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs)** - o que deve impactar o Orçamento de 2026.





fonasefe.official



**NÃO À DESTRUIÇÃO DOS
SERVIÇOS PÚBLICOS**



**NÃO À REFORMA
ADMINISTRATIVA**

Fonasefe
Fórum dos Servidores Públicos Federais



O que existe de comum entre
os defensores da reforma
administrativa e a atual gestão
do IBGE?

Para cumprir sua missão
É preciso experiência
Autonomia de gestão
Modernizar com prudência

O IBGE compartilha
Metodologias internacionais
Pesquisas com mais verdade
E coletas presenciais

Aos poderes da república,
Investidores e outros mais,
A quem regula os mercados,
TCU e órgãos internacionais
É o IBGE quem fornece
Estatísticas reais

Somente o Orçamento de Estado
Suporta sua abrangência
Garante às suas atividades
Continuidade e excelência

Para alocar as receitas
Entre os entes federados
É o montante de pessoas
Pelo IBGE contado

Com credibilidade e respaldo
Para o bom entendedor,
O IBGE sempre teve
Papel de Órgão de Estado.

IBGE é ÓRGÃO DE ESTADO

REFRÃO:

Retratar o país
Do jeito que ele é
Só compete a um órgão
IBGE! IBGE! OUTRA VEZ IBGE!

<https://pec27-2021.com.br/>



Gratidão!